



CHARGE Padron

E-mail: padron@atribuna.com.br



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Vereadora do PT defende o fim de sindicato

Em uma sessão bastante tumultuada, a Câmara de Praia Grande aprovou ontem, em primeira discussão, o Projeto de Lei Complementar 12/2019, que define o reajuste salarial de 5,5% aos servidores públicos. O sindicato que representa a categoria pede 9% de correção nos vencimentos, além de um aumento real, ou seja, acima da inflação, de 3%. A vereadora Janaina Ballaris (PT), que presidia a sessão no início dos trabalhos, demonstrou irritação com o barulho e com os apitaços em plenário. Ela chegou a reclamar da "falta de educação" do público, enquanto os colegas tentavam, aos gritos, apresentarem suas indicações e requerimentos. Na sua vez de falar, a petista fez uma polêmica declaração direcionada às lideranças dos trabalhadores: "Eu não confio em sindicato. Sindicato tem que acabar mesmo. Sabe, porquê, gente? Pegam o dinheiro de vocês para fazer isso", disse ela, questionando a credibilidade da direção da entidade ao apontar ao protesto vindo das galerias.



Independente de raça, mas entre si. (A escravidão) Faz parte de um aspecto do ser humano"

Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), deputado federal

Vai encarar?

A parlamentar disse que os sindicalistas não encaram de frente o prefeito Alberto Mourão (PSDB) e que os trabalhadores são "usados" por pré-candidatos a vereador e a prefeito. "Não tenho medo de vocês. Sou mais homem do que vocês todos juntos", frisou Janaina, que foi muito hostilizada das galerias.

Ao lado da categoria

Apesar do bate-boca, a petista votou contra o projeto de lei complementar. Ela foi acompanhada pelos vereadores Romulo Brasil Rebouças (PSD) e Alexandre Comin (PTB), que reclamou da proposta do Executivo ter sido encaminhada ao Legislativo na "calada da noite". Tatiana Toschi Mendes (MDB) se absteve. A segunda discussão do texto ocorrerá amanhã, a partir das 10 horas, em sessão extraordinária.

Vozes da comunidade

Na última semana, o prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), recebeu lideranças da Área Continental. O grupo não poupou críticas à gestão do subprefeito daquela região, Luiz Carlos Ribeiro, e solicitou a saída dele do cargo.

Efeito imediato

No Diário Oficial de ontem, foi publicada a exoneração de Ribeiro. Ele foi substituído por José Alberto Iglesias Bitencourt. O novo subprefeito foi assessor parlamentar do vereador Benedito Furtado (PSB), que tem um trabalho forte junto aos bairros da Área Continental.

Sempre alerta

Na sessão de ontem, a Câmara de Guarujá aprovou o projeto de lei 14/2019, que prevê a criação de brigadas escolares. A iniciativa é de autoria do vereador Luciano Tody (MDB) e segue agora para a sanção do prefeito Válter Suman (PSB).



ARQUIVO

Cadê o dinheiro?

O vice-líder do Governo na Assembleia Legislativa, Wellington Moura (PRB - foto), usou ontem a tribuna para criticar o não pagamento das emendas impositivas dele aprovadas em 2017. Praia Grande deveria receber R\$ 1 milhão para investir no setor da saúde.

Marcha lenta

Ao questionar o Departamento Regional de Saúde (DRS-4), o parlamentar foi informado que a emenda "não teve o seu prosseguimento devido à pendência de vários documentos". Ele só recebeu a explicação no último dia 2, mais de um ano após fazer a pergunta.

Alienado, não!

"Sou vice-líder do Governo. Muitos podem estar dizendo que eu tenho de defender o Executivo, mas nós somos aliados, não alienados!", frisou Moura.

Só falta assinar

Os representantes da Ultracargo e dos ministérios Público Estadual e Federal assinam hoje, às 15h, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) relacionado ao incêndio nos tanques de combustível da empresa, na Alemoa, em abril de 2015. O ato ocorrerá na sede do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) - Baixada Santista, em Santos.



do litoral.com.br

DIÁRIO

Quarta-feira 15 DE MAIO DE 2019

INFORMAÇÃO É TUDO

R\$ 2,00 ANO 20 - Nº 7117

Por unanimidade, STJ manda soltar Michel Temer e coronel Lima. BRASIL/DA




Pais pedem interdição em Cubatão

Doze pais de alunos da UME João Ramalho ingressaram com uma representação no Ministério Público

Após forte temporal, 16 telhas do segundo pavimento foram destruídas, atingindo diversas classes, causando infiltrações e risco de choques elétricos. Além dis-

so, segundo pais, fortes compromissos podem desabar. Mais do que risco na estrutura, os pais de alunos alegam que, em razão do vazamento do telhado, fezes de

pombos e ratos escorrem pelas paredes das salas de aula, tornando o ambiente totalmente insalubre, colocando em risco também funcionários. CIDADES/RS

Câmara quer explicações sobre hospital

Os vereadores de Itanhaém aprovaram ontem, por seis votos, o requerimento de autoria do vereador Alder Ferreira Valadão (SD), que solicita à Secretaria Estadual de Saúde e ao Instituto Sócrates Custas informações sobre o Hospital Regional Jorge Rossmann, que atende Itanhaém e mais Mongaguá, Peruibe, Itariri e Pedro de Toledo, no Litoral Sul e Vale do Ribeira. CIDADES/RS

NOBRÁS

Operação apreende 40 toneladas de itens piratas

CAPITAL/RS

Audiência sobre seletivos será hoje no TRT

CIDADE/RS



Economia Solidária Banco de Alimentos gera renda em Itanhaém

O Banco de Alimentos de Itanhaém incentiva a economia solidária com a participação de pequenos produtores rurais. Além de contribuir e atender até 5 mil famílias em situação de segurança alimentar. No início deste mês, seis produtores do município foram convidados a abrir o estande de agricultura familiar, em uma das maiores feiras de tecnologia agrícola da América Latina. CIDADES/RS



Atendimento integrado a moradores de rua é lançado

A ação articula atendimento médico e equipe de abordagem.

CIDADE/RS

PRAIA GRANDE

Dois ecopontos estão em construção

Os bairros Esmeralda e Quietude não receber novas unidades de Ecopontos em Praia Grande. A intenção Sesurb, responsável pela obra, é que os equipamentos sejam entregues até o final do ano. Os novos locais, assim como os já em funcionamento, receberão materiais de segunda a sábado, sempre das 8 às 17 horas. Todas as unidades recebem também pilhas e óleo de cozinha. Neste ano, outros três bairros devem receber um Ecoponto, são eles Tupi, Antártica e Guilhermina. CIDADES/RS

CRIMINALIDADE

Zona Sul de São Paulo lidera em assaltos a ônibus

CAPITAL/RS

Câmara recebe projeto de velório social

O vereador Antônio Carlos Barba Joaquim voltou a apresentar na Câmara um projeto de lei para incluir o serviço de velório social para as famílias de baixa renda. A proposta foi apresentada pela primeira vez pelo vereador em maio de 2016, após reportagem do Diário e voltou para Câmara na última segunda-feira. CIDADES/RS

Barco pega fogo em Santos e dois são resgatados

CIDADE/RS

Empréstimo para caminhoneiro será liberado

SUL/RS



CONTRA PONTO

Por Carlos Ratton e colaboradores



DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE SANTOS

Justiça Restaurativa. A proposta para implantar a Justiça Restaurativa na Câmara de Santos foi discutida no Gabinete da Presidência da Casa. Participaram da reunião o presidente e vereador Rui de Rosis, presidente da Câmara, Audrey Kleys, vereadora e presidente da Comissão de Educação na Casa, Renata Gusmão, juíza titular do Juizado Especial Criminal de Santos e Liliane Claro Rezende, coordenadora operacional e pedagógica do projeto Justiça Restaurativa.

Transformar escolas. A Justiça Restaurativa visa a implementação de ações institucionais para transformar as escolas e órgãos públicos em espaços democráticos, com o objetivo de construir uma cultura de não-violência, por meio do diálogo, construindo condições melhores de convivência.

Inauguração. A inauguração do núcleo na Câmara de Santos será no dia 11 de julho, às 19 horas, no Plenário Doutor Oswaldo de Rosis. O atendimento de mediação de conflitos será aberto ao público. A Justiça Restaurativa em Santos está garantida como política pública, por meio da lei 3.371, publicada em 11 de julho de 2017. Iniciou em outubro de 2014 em nove escolas-piloto, e hoje está presente nas 81 unidades municipais, como forma de evitar o prosseguimento de ações judiciais ao melhorar o relacionamento entre as pessoas.

Rescisão. O vereador Carlos Antonio Ribeiro (PSDB), de Itanhaém, afirmou, na sessão da Câmara do dia 6, que a Comissão de Assuntos Relevantes da Casa vai sugerir ao Poder Executivo a rescisão de contrato com a empresa Litoral Sul, responsável pelo serviço de transporte público na cidade. O motivo seria pelos diversos problemas causados aos usuários, como veículos sem a devida manutenção, atrasos nos horários, falta de bilhete único, falta de aplicativos, entre outros. Segundo o vereador, a Prefeitura de Itanhaém já multou a empresa em mais de R\$ 1 milhão e 700 mil devido ao descumprimento de normas no contrato. A empresa venceu a licitação em 2017 e assinou um contrato com o Executivo para a concessão do transporte coletivo no município por 15 anos.

Honra. O vereador Chico Nogueira (PT), proponente da homenagem à líder comunitária Maria Margarida da Silva Souza, destacou em seu discurso a coragem da cidadã e sua capacidade de persistir na luta, apesar das dificuldades. Militante no setor de habitação popular, a líder comunitária Maria Margarida da Silva Souza será homenageada, em sessão solene, com o título de Cidadã Santista. Ela vem atuando na defesa do direito à moradia e contribuindo para a promoção de políticas públicas.

Banha volta a apresentar projeto de velório social

» Após nova reportagem do *Diário* sobre o fato de Santos - uma das cidades mais ricas da Baixada Santista - ser a única a não possuir o serviço de velório social destinado para as famílias de baixa renda, o vereador Antonio Carlos Banha Joaquim voltou a apresentar na Câmara um projeto de lei para incluir o serviço.

A proposta foi apresentada pela primeira vez pelo vereador no início de maio de 2016, também após reportagem do *Diário*. Após tramitar por oito meses no legislativo santista (entre a Comissão de Finanças e Orçamento, Comissão de Obras, Habitação Social, Serviços Públicos e Transporte e pela Comissão de Defesa dos Direitos da Cidadania e dos Direitos Humanos), o projeto foi vetado pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa em meados de janeiro de 2017.

Na ocasião, a Prefeitura

informou que o projeto era inconstitucional porque a disposição sobre os serviços oferecidos pelo Município à população era uma iniciativa que cabe, exclusivamente, ao Poder Executivo. A Câmara manteve a decisão do prefeito, que se comprometeu a enviar um novo texto sobre a proposta, idéia que nunca foi adiante.

NOVO PROJETO.

Apresentado na sessão da última segunda-feira (13), o Projeto de Lei complementar 038/2019 altera a Lei Complementar nº 712/2011 e insere no Parágrafo Único do Artigo 4º inciso VII a solicitação do Velório Social, cabendo ao Poder Executivo disciplinar e regulamentar a aplicação do inciso.

A medida visa proporcionar ao munícipe carente a despedida digna de um ente querido, no momento de



RODRIGO MONTALDI/ARQUIVO DIÁRIO DO LITORAL

Velório social traria alento às pessoas mais humildes; Prefeitura disse nesta semana que lei sobre serviço funerário está em revisão

maior sofrimento, por intermédio de um enterro decente fundamentado em uma norma legal que regulamenta o Velório Social.

Paralelamente, o parlamentar Banha afirma que atuará politicamente junto aos vereadores da casa para a aprovação do Projeto e irá solicitar também o apoio do Executivo.

Banha promete acionar também os deputados do MDB, Jorge Caruso e Baleia Rossi, para levar esta ideia a outros entes federativos, União e Estado. A medida visa incluir nos orçamentos Estadual e Federal a destinação de recursos financeiros que garantam o custeio para o Velório Social.

Questionada nesta semana, a Prefeitura de Santos informou, por meio de nota, que 'a lei que disciplina o serviço funerário de Santos está em revisão'. (Rafaella Martinez)